

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG

Ano de 2019

Sumário

Mensagem da Administração	3
Identificação geral	6
1. Quem somos	7
2. Nossas Atividades	7
3. Nossa Estratégia	8
4. Nosso Compromisso Público	9
5. Nossa estrutura de controles internos	12
6. Nossa gestão de riscos	17
7. Nossos fatores de risco	24
8. Nossos principais resultados	27
9. Nosso modelo de governança corporativa	30
10. Nossas principais melhorias em governança corporativa	32
11. Nossa composição e remuneração da administração	35

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da PB-LOG

Mensagem da Administração

O ano de 2019 foi marcado por grandes desafios e mudanças na indústria de Óleo e Gás e pela implementação de um novo posicionamento estratégico na PB-LOG.

A gestão ativa de portfólio conduzida pela Petrobras levou ao avanço dos projetos de desinvestimento, permitindo a entrada de novos operadores no Brasil e o surgimento de novas oportunidades num ambiente de negócio para serviços de logística integrada de Exploração & Produção (E&P) mais competitivo.

A PB-LOG obteve sucesso na customização de seus serviços às necessidades dos clientes, provendo diversos serviços especializados de E&P a projetos em diferentes fases, ampliando a sua carteira de clientes com prazos contratuais mais longos e garantindo a geração de valor para seus *stakeholders*.

Ao mesmo tempo, realizamos avanços significativos na governança corporativa e nos sistemas de controles internos da companhia, com a adoção de rigorosos padrões de ética e integridade e de um conjunto de iniciativas que reforçam o nosso compromisso com a melhoria contínua de processos e alinhamento às melhores práticas do mercado, tornando-a mais integrada, ágil e capacitada tecnicamente.

Avançamos também na melhoria da produtividade e na disciplina de capital, condições básicas para manter a competitividade e a geração de valor para nossos *stakeholders*.

Para além da finalidade de atender ao relevante interesse público que justificou a nossa criação, estamos atentos à necessidade incontornável de nos prepararmos para um futuro de extrema competitividade e enormes desafios no setor de serviços para a indústria de E&P, em face aos

recentes acontecimentos no Brasil e no mundo.

O respeito às pessoas e ao meio ambiente e a preservação da segurança de nossas operações constituem para nós valores inegociáveis. O objetivo de maximização de valor para nosso acionista não pode, sob qualquer hipótese, prescindir da atenção à segurança das pessoas e operações e à preservação do meio ambiente, nem resultar em subestimação de riscos para que metas sejam atingidas.

Por meio de uma estratégia que reflète riscos e retornos, estamos comprometidos a empregar inovações com o intuito de garantir que estas questões sejam refletidas nos processos de governança e tomada de decisão.

A geração de lucro econômico exige maior agilidade no processo decisório, com o indispensável cuidado em resguardar os elevados padrões de governança corporativa e as rigorosas normas de conformidade implementados nos últimos anos.

Diante deste cenário, a Administração da PB-LOG está contribuindo com uma visão

integrada do ambiente econômico e da indústria de serviços de logística para E&P, e busca escolhas estratégicas para a companhia, visando sua rentabilidade e sustentabilidade.

Nossas escolhas estratégicas sempre serão galgadas na promoção de um conjunto de boas práticas de governança que assegurem robustez, eficácia e resiliência para enfrentar os desafios que se aproximam.

Os resultados alcançados em 2019 decorrem, principalmente, do comprometimento de nossos colaboradores e da maior integração com nossos clientes, parceiros e fornecedores, sempre em busca da criação conjunta de valor para todos.

Portanto, a PB-LOG agradece a seus *stakeholders* pela contribuição e reafirma que continuará envidando todos os esforços para alcançar seus objetivos em 2020.

A Administração

Identificação geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com o artigo 4º, § 3º do Estatuto Social da Companhia, os Administradores subscrevem a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da PB-LOG referente ao exercício social de 2019.

CNPJ 04.207.40/0001-28. NIRE 33.3.0030644-7
Sede: Avenida República do Chile 330, 6º Andar Torre Leste Rio de Janeiro, R.J
Tipo de estatal: subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Acionista controlador: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Tipo societário: sociedade anônima
Tipo de capital: fechado
Abrangência de atuação: regional/nacional
Setor de atuação: atividade de navegação de apoio marítimo, provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, além de serviços correlatos
Diretor Corporativo e Financeiro: RODRIGO TIRADENTES MONTECHIARI, tel. (021) 2144-4167 e e-mail: montechiari@petrobras.com.br
Auditores Independentes atuais da empresa: KPMG Auditores Independentes CRC SP014428/0-6-F-RJ, 55(21)2207-9400 - www.kpmg.com.br
Administradores subscritores:
Rodrigo Tiradentes Montechiari - Diretor Presidente interino - CPF 073.285.97-92
Rodrigo Tiradentes Montechiari - Diretor Corporativo e Financeiro - CPF 073.285.937-92
Rodrigo Tiradentes Montechiari - Diretor de Operações interino - CPF 073.285.937-92

Rio de Janeiro, 30/04/2020*

*Versão originalmente aprovada pela Assembleia Geral da PB-LOG em 30/04/2020 (25ª Ata, item i).

1. Quem somos

Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro atuando prioritariamente na logística de suporte *offshore* e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo os seus clientes com bens e serviços necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

As operações da Companhia têm como foco os Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e o grande volume de recursos disponíveis, compartilhados com a sua *holding*, inclusive para atuar em situações emergenciais, se destaca, pois proporciona uma grande capacidade de atendimento ágil em operações complexas através de suas bases,

2. Nossas Atividades

A PB-LOG é uma sociedade anônima de capital fechado cuja motivação é prover serviços integrados de logística de E&P.

estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras. Assim, a PB-LOG oferta um amplo rol de serviços de Logística integrada de E&P, serviços relacionados à perfuração e manutenção de Poços e de Engenharia Submarina.

Em 30 de junho de 2016, o Governo Brasileiro promulgou a Lei nº 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico, dentre outras, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União Federal. Com a promulgação de tal diploma legal, o ambiente regulatório que afeta a Companhia, notadamente no que tange à nossa governança, ganha novos contornos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) possuía 100% do capital social da Companhia.

Atuamos de forma integrada e especializada. Concentramos nossas operações em Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional. A abrangência da nossa infraestrutura e a disponibilidade de recursos

proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Nossas atividades estão organizadas em três segmentos de negócio desenvolvidos de forma integrada e especializada.

Logística integrada

Contempla serviços de transporte rodoviário, marítimo e aéreo, com disponibilidade de armazéns, portos e locação em aeroportos, manutenção de equipamentos, além de prontidão de recursos para resposta a emergências operacionais e resgate aero médico.

3. Nossa Estratégia

PLANO ESTRATÉGICO 2020-2024

Em 11 de fevereiro de 2020, a Assembleia Geral da PB-LOG aprovou o Plano Estratégico 2020-2024 (PE 2020-2024), que tem como foco a segurança, a rentabilidade, a disciplina operacional e de capital, atualizando as métricas de topo que orientam as nossas ações estratégicas

Engenharia Submarina

Contempla os serviços de ancoragem, interligação submarina, avaliação biológica, manutenção, instalação e inspeção de equipamentos submarinos.

Além dos serviços citados, a PB-LOG também atua em desmobilização de equipamentos e de unidades de produção.

Construção, manutenção em poços e avaliação de formações

Contempla os serviços de perfuração, completação, avaliação, estimulação, *workover* e serviços especiais.

a saber: Geração Operacional de Caixa e Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROAE).

O PE 2020-2024 foi elaborado com enfoque na prestação de serviços em logística integrada, estabelecendo maior foco nesse que é o nosso principal eixo de atuação, no intuito de maximizar a geração de valor na atividade onde a empresa possui grande expertise e excelente

vantagem competitiva. Também contempla atividades relacionadas a serviços de poços e de engenharia submarina, nas concessões onde já possui contratos em vigor.

Está prevista a atuação pela Companhia em nível nacional, compartilhando o uso de recursos com a sua *holding* e buscando condições competitivas para oferecer serviços alinhados às condições praticadas pelo mercado.

Os desafios indicados no PE da PB-LOG se manterão para os próximos 5 (cinco) anos, quando os novos projetos exploratórios se tornarão prioritários na carteira de investimentos da Petrobras de modo a

contribuir para a manutenção do volume das reservas descobertas.

Os resultados planejados pela PB-LOG para o período de 2020-2024 possuem foco na geração de caixa e garantia de retorno ao Acionista.

Monitoramento Estratégico

O PE da PB-LOG estabelece um conjunto de prováveis cenários que podem interferir no ambiente de negócios da Companhia, assim como os preceitos a serem seguidos para a consecução dos seus objetivos, com base na Missão, na Visão e nos Valores da Companhia, apresentados a seguir.

Visão

Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Missão

Gerar valor para os nossos stakeholders com excelência em serviços de exploração e produção com alto padrão de segurança, de forma competitiva e sustentável.

Valores



Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente



Ética e transparência



Orientação ao mercado



Superação e confiança



Resultados

4. Nosso Compromisso Público

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. é uma subsidiária integral da Petrobras,

criada em 2012, com a missão de prover bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, com responsabilidade social e ambiental, podendo ser orientada a contribuir para a execução do interesse público que justificou a criação da Petrobras, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, nos termos previstos no art. 1º, inciso V da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A PB-LOG poderá ter suas atividades orientadas pela Petrobras, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da PB-LOG e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo

mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela Companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com estes normativos, a PB-LOG realizou ajustes em seu Estatuto Social para identificar, de forma clara, quando as circunstâncias nas quais o atendimento ao interesse coletivo demandar certos requisitos aos de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Neste caso, conforme expresso no documento aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 29 de junho de 2018, caberá à Petrobras compensar a PB-LOG, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, a saber:

“Art. 4º. A Companhia poderá ter suas atividades orientadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação,

visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, desde que: (i) estejam alinhadas com as leis nº 9.478/97 e nº 13.303/16; (ii) sejam compatíveis com seu objeto social; (iii) não coloquem em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira; (iv) sejam formalizadas e definidas em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e (v) tiver custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§1º - Na hipótese de orientação da Petrobras para atender o interesse público deverá ser avaliado e mensurado, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de

qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§2º - Na hipótese de não respeitar as condições de mercado adequadas ao setor privado em que atue, a Petrobras garantirá a compensação, a cada exercício social, da Companhia pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida. ”

Ao considerar o cenário da indústria nacional de energia, a preocupação com a segurança e o bem-estar da força de trabalho da PB-LOG, bem como a preservação de sua sustentabilidade financeira, a atual administração definiu como objetivos fundamentais do PE 2020-2024 a revisão dos indicadores de retorno ao seu acionista, mantendo o acompanhamento do indicador de segurança.

Ainda, em 2019 não houve eventos que requeressem da PB-LOG cobranças por indenizações pelo não atendimento do interesse público ou que destoassem das condições de mercado.

5. Nossa estrutura de controles internos

A administração da companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Possuímos em nossa estrutura uma Coordenação de Conformidade e Controles Internos, que reporta, periodicamente, suas ações ao CAECO, vinculado ao Conselho de Administração da Petrobras.

A Área de Conformidade e Controles Internos da PB-LOG visa a salvaguardar os ativos e informações financeiras da Companhia, por meio das seguintes atribuições:

- Disseminar princípios e diretrizes de conformidade e controles internos aplicáveis ao Sistema Petrobras;
- Assessorar a Diretoria e o Diretor Presidente, no exercício do controle de conformidade das operações da Companhia;
- Implementar o Programa de Integridade na Companhia, em alinhamento com o Programa de *Compliance* da Petrobras;
- Fortalecer os controles internos, a fim de mitigar, em especial, os riscos de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

A Auditoria Interna, órgão vinculado à Diretoria da PB-LOG, é responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos (em nível de entidade, operacionais, financeiros), reportando os resultados ao CAECO, incluindo a conformidade com as políticas, normas e procedimentos

para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio.

O estabelecimento e a manutenção dos controles internos da companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, sob responsabilidade do diretor presidente e do diretor corporativo e financeiro, supervisionado pelo CAECO.

Os auditores independentes avaliaram as nossas demonstrações financeiras e, em seu relatório, não foram apontadas deficiências.

Na PB-LOG, os controles internos para mitigação dos riscos de conformidade, em especial os relacionados aos de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros são reforçados pela constante divulgação do Código de Ética, do Guia de Conduta e do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), adotados em sua integralidade pela Companhia.

Código de Ética e Guia de Conduta

Além das políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, a PB-LOG adota o Código de Ética e o Guia de Conduta do Sistema Petrobras. Esses documentos se aplicam (i) aos membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, (ii) aos ocupantes de funções gerenciais, (iii) aos empregados, (iv) aos estagiários, e (v) aos prestadores de serviços do Sistema Petrobras. Assim, há o compromisso, individual e coletivo, cumprir e promover o cumprimento desses documentos em todas as ações da cadeia produtiva do Sistema Petrobras e nas suas relações com partes interessadas.

No Código de Ética são apresentados os princípios éticos (o respeito à vida e a todos os seres vivos, a integridade, a verdade, a honestidade, a justiça, a equidade, a lealdade institucional, a responsabilidade, o zelo, o mérito, a transparência, a legalidade, a impessoalidade e a coerência entre o discurso e a prática), e os

compromissos de conduta que devem ser seguidos.

O Guia de Conduta traz desdobramentos dos princípios do Código de Ética, com orientações de comportamento em situações da vida profissional ou em decorrência dela.

O Sistema Petrobras faz expressa referência aos documentos de ética quando das contratações de fornecedores de bens e serviços, requerendo destes o cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta pelos seus empregados.

Tanto a força de trabalho quanto a Alta Administração são treinados anualmente nos temas de ética e integridade constantes do Código e do Guia. Essa iniciativa é mais uma medida para reforçar, cada vez mais, o conhecimento sobre ética e, ao mesmo tempo, atender aos requisitos legais, como a Lei 13.303/2016 (art. 9, 1º §).

Está prevista a aplicação de sanções disciplinares (advertência, suspensão e rescisão do contrato de trabalho) àqueles que descumprem os documentos citados, de acordo com a norma de Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de

Consequências da Alta Administração e Conselho Fiscal.

Ambos os documentos estão acessíveis em vários locais nos sites interno e externo da Petrobras. O link para os documentos é: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/codigos-politicas-eoutros/2018>.

Canal de Denúncia Petrobras

Fazemos uso para os nossos públicos interno e externo de um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, disponibilizado pela nossa Controladora, nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano. O serviço é operado por empresa independente e especializada, assegurando o encaminhamento de todas as denúncias recebidas, e pode ser acessado pela internet ou pelo telefone, garantindo o anonimato dos denunciantes que optem por não se identificar.

No período de janeiro a dezembro de 2019, houve duas denúncias anônimas, apuradas pela área de Integridade Corporativa

(INC) da Petrobras e encerradas como improcedentes.

O teor de cada denúncia determina a área da companhia responsável pela sua apuração. As que se inserem nas categorias de fraude e corrupção (irregularidades em contratos, licitações, recebimento de propina, enriquecimento ilícito, dentre outras) são classificadas, imediatamente após seu recebimento, segundo critérios qualitativos e quantitativos de uma matriz de risco.

Isso possibilita ter rapidamente noção das denúncias mais importantes e que podem causar maior impacto nos negócios da empresa, caso o relato seja procedente. Só então elas são encaminhadas para uma área criada especialmente para essa finalidade pela Petrobras, a INC. As denúncias classificadas no maior nível de risco recebem um monitoramento específico e destaque nos reportes à alta administração.

A denúncia pode ser realizada via internet no site: www.contatoseguro.com.br/pt/petrobras/relato/denuncia ou por telefone: ligação gratuita para 0800

601 6925. O IP do computador ou o número do telefone não será identificado em nenhuma hipótese.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)

Em 2016, a PB-LOG adotou o programa de *compliance* da Petrobras, denominado **Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)**, que representa o conjunto de medidas desenvolvidas e implementadas de forma integrada, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

O programa destina-se aos diversos públicos de interesse da companhia, incluindo: alta administração, força de trabalho, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos àqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da PB-LOG em suas relações de negócios.

O programa é composto por três pilares, que visam reforçar continuamente a ética, a

integridade e a transparência em todos os nossos negócios:

Prevenção: visa identificar, avaliar e mitigar o risco de ocorrência de desvios éticos.

Detecção: contempla mecanismos capazes de, tempestivamente, identificar e interromper eventual desvio ético que porventura não tenha sido evitado pelas ações de prevenção, possibilitando a responsabilização dos envolvidos.

Correção: estabelece a responsabilização e a penalidade aplicável a cada caso de desvio ético comprovado, bem como possibilita o aperfeiçoamento das fragilidades que originaram o respectivo desvio e a recuperação de eventuais prejuízos.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos de *compliance* existentes na companhia podemos destacar: Treinamentos sobre temas de ética e integridade; *Due Diligence* de Integridade (DDI); *Background Check* de Integridade; Canal de Denúncia; Regime Disciplinar; Apurações Internas; Gerenciamento de Riscos relacionados a Fraude, Corrupção, Lavagem de Dinheiro e

Financiamento do Terrorismo; Guia de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes e Hospitalidade; Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo; e Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Nossa Política de *Compliance*, possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos valores éticos e de transparência na condução dos nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A política contribui para a integração e o fortalecimento das iniciativas de *compliance* no Sistema Petrobras, em especial do PPPC, em consonância com as melhores práticas demandadas atualmente pelo mercado, além de caracterizar a adesão às legislações anticorrupção em vigor, sobretudo à Lei 12.846/2013, ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA - Ato norte americano contra Práticas de Corrupção no Exterior), de 1977, e ao *UK Bribery Act* (UKBA - Ato do Reino Unido contra o Suborno), de 2010.

Além de treinamentos à distância para todos os empregados sobre prevenção à corrupção, cursos presenciais sobre o Programa de *Compliance* são oferecidos para empregados que exercem atividades com maior exposição a riscos de conformidade. Em relação à alta administração, também são realizados treinamentos que contemplam temas como: deveres e responsabilidades dos administradores; gestão de riscos; compromisso da alta administração com as ações de *compliance*; modelo de governança e processo decisório; controles internos, transações com partes relacionadas.

6. Nossa gestão de riscos

Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei 13.303/2016.

A gestão de riscos com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da nossa

Com o estabelecimento das regras para o novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), foi definido que a conclusão, com êxito, nos prazos acordados, dos treinamentos disponibilizados pela companhia sobre temas relacionados ao *compliance* e à ética é requisito obrigatório para concorrer no processo de Avanço de Nível e Promoção.

Em 2019, também foi realizado o treinamento de todos os colaboradores, por meio de EAD, sobre os temas Assédio Moral e Assédio Sexual.

controladora visa contribuir para um balanço adequado entre os nossos objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das nossas atividades, quer decorrentes do contexto em que operamos, de modo que, através da alocação efetiva dos nossos recursos físicos, financeiros e humanos, possamos atingir nossas metas estratégicas.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Em 2019, a PB-LOG revisou a sua Política de Gestão de Riscos Empresariais visando adequá-la à sua estrutura e processos, considerando seu Estatuto Social e reforçando os papéis e responsabilidades.

Em 2019, também, foi aprovada a Diretriz de Gestão de Riscos Empresariais que objetiva definir os principais termos relacionados à gestão de riscos, estabelecer a classificação corporativa dos riscos adotada na Companhia e vincular cada um dos principais riscos às suas respectivas diretrizes e responsáveis.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais:

A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os

processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não.

A gestão de riscos deve estar alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia.

A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

Os riscos são considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor ao acionista e para a continuidade dos negócios.

Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal

e Regulatório; (iii) Operacional; e, (iv) Negócio.

Riscos Financeiros

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

Riscos de Conformidade

Riscos decorrentes do descumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis aos negócios da PB-LOG, assim como das normas e procedimentos internos, principalmente, os relativos à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e à confiabilidade dos relatórios financeiros.

Riscos Operacionais

Reúne riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

Anualmente, a partir da lista de riscos empresariais, da análise do

desempenho do negócio e da conjuntura externa e interna da companhia, a Administração define aqueles riscos que, individualmente ou de forma consolidada, devem ser acompanhados mais de perto.

Estes riscos, denominados “Riscos Estratégicos”, são selecionados devido à sua importância para a implementação do Plano Estratégico à sua abrangência, ao seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

Riscos de Negócios

Riscos relativos aos negócios da companhia, de acordo com sua cadeia de valor, específicos de uma empresa de serviços logísticos integrados.

Instrumentos para proteção

Riscos Estratégicos e Riscos de Negócios: nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, os riscos são considerados em todas as decisões estratégicas da companhia e a gestão é sempre realizada de

maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor ao acionista.

A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão de carteira que preza pela economicidade e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos.

Além disto, continuamente monitoramos a evolução do cenário externo e a atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

Riscos Financeiros: A gestão dos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação.

Gerenciamos ativamente nossos riscos financeiros considerando nossos fluxos operacionais, as aplicações das

disponibilidades financeiras e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para mitigar a exposição aos riscos de preços de recursos, moedas e juros.

A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento destes riscos. As variações cambiais podem ter um impacto imediato sobre os resultados da companhia em função da desvalorização do real em relação ao dólar e do aumento da taxa de juros, exceto para uma parte de suas obrigações referenciadas em dólares.

Riscos de Conformidade: a gestão de riscos insere-se no compromisso da PB-LOG de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do nosso Código de Ética, do nosso Guia de Conduta e Programa Petrobras de Prevenção

da Corrupção (PPPC) e outros instrumentos de prevenção.

Nosso negócio, incluindo as relações com terceiros, é guiado por princípios éticos. Adotamos um Código de Ética, um Guia de Conduta e uma série de políticas internas destinadas a orientar nossos administradores, colaboradores e prestadores de serviços e reforçar nossos princípios e regras de comportamento ético e conduta profissional. Oferecemos um canal de comunicação externo, operado por empresa independente, aos funcionários, contratados e terceiros.

Riscos Operacionais: entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inserimos a meta compartilhada de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos os gestores da empresa, incluindo o presidente e os diretores.

Acreditamos também que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. Isto

naturalmente nos leva a priorizar a segurança e a confiabilidade de nossos processos como forma de proteger as pessoas e o meio ambiente. A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas nossas instalações, além de um contínuo esforço de treinamento da nossa força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Estrutura de Riscos

Adotamos em nossa estrutura organizacional o modelo de "três linhas de defesa" para o fortalecimento do sistema de controle dos riscos, permitindo a padronização do nosso gerenciamento de riscos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto na estrutura de governança, que pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o CAECO, Comitê de Alinhamento, Diretoria, titulares das estruturas gerenciais e

todos colaboradores, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

Assim, nossa estrutura organizacional apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:

Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado da Petrobras (3 a 5 membros titulares, reuniões mensais, pautas com temáticas diversas): assessorar a Diretoria Executiva no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.

Comitê de Alinhamento (6 membros titulares, reuniões trimestrais, pautas com temáticas diversas): alinhar a estratégia de atuação da PB-LOG, bem como o seu portfólio e integração operacional de serviços, de acordo com seu modelo de negócios e em atendimento ao E&P da Petrobras.

Diretoria Executiva (3 membros titulares, reuniões semanais, pautas com temáticas diversas): propor à Assembleia a aprovação do apetite a risco da PB-LOG, aprovar diretamente a

tolerância aos riscos empresariais e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das nossas estratégias.

Dentre as diversas iniciativas de aprimoramento de nossa governança, privilegamos a discussão e a deliberação colegiada, logo, não há nessas estruturas acima membros com atribuições específicas perante cada órgão, com exceção dos respectivos presidentes ou coordenadores, que devem observar questões administrativas, tais como o diligenciamento para o andamento regular das reuniões, convocação dos demais membros para manifestarem-se sobre os temas tratados, organização das votações e declaração dos resultados.

As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado.

Adicionalmente, a gestão de riscos contempla a seguinte

estrutura organizacional e atribuições:

Auditoria Interna (vinculada diretamente à Diretoria Executiva): avaliar e recomendar melhorias, conforme Regulamento da Auditoria Interna da PB-LOG.

A Gerência Financeira, subordinada à Diretoria Corporativa e Financeira (DFIN) fortalece a visão integrada dos riscos empresariais da PB-LOG, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos relevantes, em articulação com as diversas áreas.

Os demais gestores têm o dever de coordenar, promover e acompanhar as ações de gestão de riscos na sua área de atuação, desenvolvendo e aprimorando metodologias de seus processos de forma a potencializar a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos específicos bem como fornecer à Gerência Financeira todas as

informações necessárias para a avaliação integrada dos riscos, o monitoramento e o reporte para a alta administração.

Em 2019, o CAECO monitorou os resultados das atividades de gestão de riscos empresariais da PB-LOG, solicitando ações específicas de aprimoramento da gestão de riscos, dentre os quais destacam-se os riscos estratégicos e de fraude e corrupção.

Em 25 de outubro de 2019, foi apresentado um plano de trabalho, em linha com a Lei 13.303/2016 e o Decreto 8.945/2016, para o CAECO, que centraliza a governança de gestão de riscos de todas empresas subsidiárias do Sistema Petrobras.

Em 13 de novembro de 2019, na 30ª Reunião do CAECO, foi apresentada a revisão da matriz de riscos à luz do reposicionamento estratégico da PB-LOG e em atendimento à Manifestação CAECO nº 21.2 de 14-06-2019.

7. Nossos fatores de risco

Os fatores de riscos apresentados nesta seção estão seccionados pela sua natureza em conformidade com a nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais.

Importante destacar que a pandemia de coronavírus, declarada em março de 2020, poderá causar restrições à saúde da força de trabalho do Sistema Petrobras, com reflexo na operação de algumas instalações, causando impactos negativos nos resultados e condição financeira, da PB-LOG.

Fatores de Risco associados a Estratégia

i) Estamos expostos a riscos de saúde, meio ambiente e segurança em nossas operações que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.

ii) O fluxo de caixa e rentabilidade da companhia estão indiretamente expostos à volatilidade dos preços do petróleo e gás natural.

iii) A companhia pode sofrer perdas e dedicar tempo e

recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens.

iv) A companhia está sujeita à concessão de licenças que podem resultar em dificuldades para alcançar suas metas e objetivos.

v) A PB-LOG conta com fornecedores de bens e serviços nas suas operações, os quais podem ser afetados adversamente por falha ou atraso de tal cadeia de fornecedores no cumprimento de suas obrigações contratuais.

vi) A escolha pela prestação de serviços a projetos operados pela Petrobras possui riscos que podem afetar o retorno econômico originalmente previsto.

vii) Mudanças climáticas podem impactar o resultado operacional e a estratégia da companhia.

viii) A União Federal, como acionista indireta da companhia, pode buscar objetivos distintos do acionista, o que pode impactar os objetivos econômicos e empresariais da companhia.

ix) Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no

ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado das operações e o desempenho financeiro da companhia.

Fatores de riscos relacionados às nossas finanças

i) Estamos expostos a riscos de crédito de alguns de nossos clientes e riscos associados à inadimplência. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de nossos clientes poderiam afetar adversamente nosso fluxo de caixa, resultados operacionais e condição financeira.

ii) Parte substancial de nossas operações é realizada com a nossa holding, o que pode impactar negativamente nosso resultado operacional e condição financeira no futuro devido às variações de demanda da mesma.

iii) Estamos expostos ao risco cambial incidente sobre contratos referenciados em moedas estrangeiras, podendo gerar ganhos ou perdas sobre os mesmos;

iv) Oscilações nas taxas de juros podem levar a Companhia a sofrer ganhos ou perdas incidentes

sobre seus ativos e passivos financeiros;

v) A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras nas quais mantém suas aplicações.

Fatores de riscos legais, regulatórios e de conformidade

(i) A falha em prevenir, detectar em tempo hábil, ou corrigir comportamentos incompatíveis com princípios éticos e regras de conduta da companhia, pode ter um efeito material adverso sobre seus resultados operacionais e sua situação financeira.

(ii) A companhia está sujeita ao risco de que os seus controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou de que o grau de conformidade com suas políticas e procedimentos possa se deteriorar, o que pode gerar um impacto adverso sobre os negócios e operações.

(iii) Interpretações divergentes e/ou mudanças na interpretação da legislação tributária, bem como mudanças na própria por meio da criação ou majoração de tributos, podem

representar um efeito adverso sobre a condição financeira da companhia e sobre os resultados de nossas operações.

(iv) Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras em nosso setor, incluindo a aplicação de regras de conteúdo local, podem resultar em despesas e custos operacionais.

(v) Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.

(vi) Interpretações divergentes e/ou o surgimento de regulamentos e exigências ambientais, de saúde e de segurança cada vez mais rigorosos podem impactar negativamente nosso resultado operacional e condição financeira no futuro.

Fatores de riscos relacionados às nossas operações

(i) A PB-LOG não possui seguro contra interrupção de negócios nem está segurada contra guerra ou sabotagem.

(ii) Contamos com fornecedores e prestadores de serviços para nos suprir com peças,

componentes, serviços e recursos críticos de que precisamos para prestar nossos serviços, os quais podem ser afetados adversamente por qualquer falha ou atraso por parte de terceiros no cumprimento de suas obrigações ou qualquer deterioração da condição financeira de tais empresas;

(iii) Greves e paralisações dos colaboradores da Companhia ou de empregados de seus fornecedores, empresas contratadas e demais setores, bem como falta de pessoal especializado, podem afetar adversamente os resultados operacionais e o negócio da Companhia;

(iv) Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação (*cybersecurity*) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente nossas operações e reputação;

Fatores de riscos relacionados ao nosso negócio

(i) Estamos expostos a flutuações nos preços dos recursos contratados.

(ii) Desenvolvimentos da indústria de logística e outros fatores poderão resultar em reduções de nossa competitividade, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

(iii) A capacidade de desenvolver, se adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a competitividade da companhia.

Fatores de Risco associado ao Brasil e ao relacionamento com o Governo Federal

(i) Fragilidade no desempenho da economia

8. Nossos principais resultados

As informações contábeis consolidadas auditadas pelos auditores independentes, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), estão

brasileira, instabilidade no ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado de nossas operações e o nosso desempenho financeiro.

(ii) Investigações relativas à corrupção política de membros do governo brasileiro podem gerar instabilidade econômica e política.

(iii) O orçamento da companhia está sujeito à aprovação pelo governo federal brasileiro. A sua não aprovação pode afetar adversamente seus resultados operacionais e condição financeira.

disponíveis em nosso website em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-subsidiarias-e-controladas/outras-empresas-controladas-do-sistema-petrobras/>.

Informações sobre segmentos operacionais

Receitas provenientes de cada segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

R\$ Milhões

Segmento	2019 ¹	%	2019 ²	%	2018 ¹	%	2018 ²	%	2017	%
----------	-------------------	---	-------------------	---	-------------------	---	-------------------	---	------	---

Logística Integrada	2.800	70%	2.800	88%	2.666	69%	2.666	91%	2.610	78%
Construção de Poços	657	17%	248	8%	769	20%	203	7%	246	7%
Engenharia Submarina	523	13%	151	5%	445	11%	59	2%	474	14%
Receitas Líquida Agregada	3.980	100%	3.199	100%	3.879	100%	2.927	100%	3.330	100%

(1) corresponde à Receita Líquida por segmento sem os efeitos do CPC 47

(2) corresponde à Receita Líquida por segmento com os efeitos do CPC 47

Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

Segmento	R\$ Milhões					
	2019	%	2018	%	2017	%
Logística Integrada	771	84%	888	101%	693	88%
Construção de Poços	248	27%	203	23%	84	11%
Engenharia Submarina	151	17%	59	7%	102	13%
Corporativo	-256	-28%	-271	-31%	-90	-11%
Lucro Agregado	914	100%	879	100%	789	100%

Resultados de 2019 X 2018

Os resultados apurados em 2019 demonstram a evolução das atividades da Companhia quando comparados a 2018. O aumento de atividades nos três segmentos levou ao aumento (i) da receita líquida em 2,6% (R\$ 3.980 em 2019, frente a R\$ 3.879 em 2018, ambos sem os efeitos do CPC 47), e (ii) do lucro bruto em 1,7% (R\$ 1.170 em 2019, frente a R\$ 1.150 em 2018), que se reflete em um crescimento de 1,4 p.p. na margem bruta (29,4% em

2019, frente a 28% em 2018, ambos sem os efeitos do CPC 47).

Demonstração do Valor Adicionado

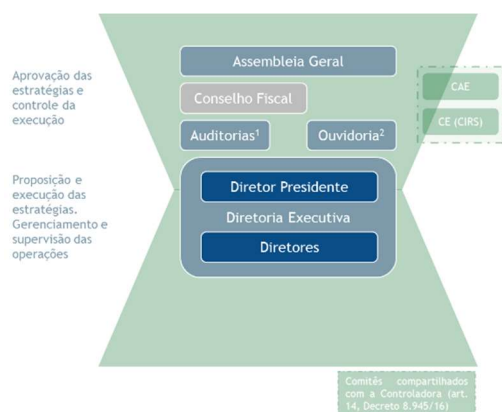
Em 2019, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 1.993 em riqueza à sociedade, um aumento de 3,5% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2018. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,53 foi distribuído entre seus diferentes stakeholders, conforme demonstrado abaixo.

Geração do valor adicionado	2019	2018
Receitas	3.768	3.503
Insumos adquiridos de terceiros	(2.011)	(1.836)
Depreciação e amortização	(3)	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.754	1.667
Valor adicionado recibo em transferência	239	257
Valor adicionado total a distribuir	1.993	1.925
Distribuição do valor adicionado	2019	2018
Pessoal e administradores	30	24
Tributos	1.047	1.016
Instituições financeiras e fornecedores	2	6
Acionistas	914	879
Valor adicionado distribuído	1.993	1.925

9. Nosso modelo de governança corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade.

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão dos negócios, por assegurar o funcionamento regular da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal, sempre observando as boas práticas de governança corporativa. É composta pelo diretor presidente e



por dois diretores eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Diretoria Executiva atuam individualmente nas atividades das unidades de suas respectivas áreas de contato, nos termos de suas atribuições previstas no Estatuto Social, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva pode criar comitês, com poderes delegados, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Os comitês podem ser de natureza deliberativa ou consultiva e têm a finalidade de auxiliar a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

Nosso Conselho Fiscal é de caráter permanente e é um órgão colegiado não integrante da administração. Tem como objetivo geral verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários. A função fiscalizadora não se limita a verificar a legalidade dos atos, mas

envolve todo o nível necessário de informação para salvaguardar o interesse do controlador sem, contudo, interferir na própria administração.

O Conselho Fiscal deve manter um estreito e produtivo relacionamento com a estrutura administrativa da PB-LOG, visando ao cumprimento de suas funções legais. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da companhia, devendo-se garantir, por outro lado, a independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da PB-LOG.

São realizadas reuniões periódicas com o Conselho Fiscal e o CAECO, cujas pautas refletem os principais acontecimentos da companhia, principalmente com relação à administração de riscos e governança.

No exercício de 2019, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal e 16 reuniões do CAECO, sendo uma reunião conjunta entre estes colegiados.

Além de atender ao artigo 115, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, dispomos de documentos que

tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. Nosso Estatuto Social, em seu artigo 10, determina que o indicado para o cargo de administração não poderá apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a Companhia. O capítulo XII do Estatuto prevê hipóteses de conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do conselho fiscal, impedindo-os de exercer determinadas atividades, por um período de seis meses, mediante remuneração compensatória.

A avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos Administradores ocorre anualmente e observa os seguintes quesitos mínimos estabelecidos na Lei nº 13.303/16:

- (i) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- (ii) contribuição para o resultado do exercício; e
- (iii) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

A metodologia utilizada é baseada nos modelos de avaliação para Diretores e Diretores Presidentes, individualmente, para Diretoria Executiva, enquanto órgão colegiado, e para Conselho de Administração, contendo questionário para o colegiado e individual para os Conselheiros de Administração, disponibilizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais (SEST).

Tais formulários de avaliação são submetidos ao comitê de elegibilidade, uma vez que o referido órgão, na forma do art. 21, II do Decreto 8.945/16, é responsável por verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores.

10. Nossas principais melhorias em governança corporativa

Em 2019, promovemos ações de melhoria da governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à estratégia da companhia e em conformidade com as

O processo de avaliação anual de desempenho do Conselho Fiscal é realizado internamente, por meio de autoavaliação, tendo como principal métrica a execução do Plano Anual de Trabalho, em atenção ao artigo 2º e parágrafo único da Resolução nº 7, de 29 de setembro de 2015, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). A referida autoavaliação também é realizada através de formulário próprio, abrangendo à avaliação do órgão colegiado e de cada conselheiro fiscal individualmente, que são submetidos ao comitê de elegibilidade, na forma do art. 21, II do Decreto 8.945/16.

exigências com as exigências de novos regimentos de governança adotados pela companhia (Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016).

Entre as principais melhorias realizadas no período estão:

Publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa é destinada ao público em geral e reúne, de forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da companhia.

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa é uma exigência da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016.

Revisão de Políticas

Até fevereiro de 2020, foram revisadas as seguintes políticas corporativas: Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral PB-LOG; Política de

Gestão de Riscos Empresariais; Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos, Política de Governança Corporativa e Societária, Política de Divulgação de Informações, Política de Conformidade Corporativa, Política de Controles Internos, Política de Compliance, Política de Responsabilidade Social, Política da Função Ouvidoria e Política de Transações com Partes Relacionadas. Até fevereiro de 2020, foram aprovadas pela Diretoria Executiva as seguintes políticas: Política e Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), Política de Inteligência Protetiva e Segurança Corporativa.

Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa

Em 2019, foram realizados quatro eventos, sendo três treinamentos para Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Tabela de Limites de Competência (TLC)

A Tabela de Limites de Competência (TLC), aprovada em dezembro de 2018, pela Diretoria Executiva, tem dentre seus objetivos: (i) consolidar os limites de competência da companhia em único documento, abrangendo os principais processos e todas as alçadas decisórias; (ii) suprir lacunas normativas, propondo limites de competência para matérias que ainda não estão regradadas; e (iii) definir os limites de

competência diretamente à função, eliminando o processo de delegação interno nas áreas. Os benefícios da TLC são melhor controle e transparência sobre as delegações, definição clara e objetiva das alçadas de aprovação, fácil entendimento e aplicação pelos empregados, redução de consultas e pareceres sobre competência e processo decisório mais ágil e seguro.

11. Nossa composição e remuneração da administração

Nossa Diretoria Executiva é composta por um diretor presidente e dois diretores, eleitos pela Assembleia Geral, dentre brasileiros residentes no país, para um mandato de até dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Nosso Conselho Fiscal é constituído de forma permanente, sendo independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações. É composto por três membros e respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas; sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais que são definidos anualmente pela

Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei 6.404/76.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os membros da nossa Diretoria Executiva, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao nosso. Todos os membros da Diretoria Executiva são estatutários.

A composição da remuneração dos nossos administradores é definida considerando nossos resultados econômico-financeiros, bem como busca promover o reconhecimento dos esforços dos administradores da companhia, e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado.

A Assembleia Geral Ordinária da PB-LOG, realizada em 30/04/2020, aprovou a remuneração anual global dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais, no montante de até R\$ 6.701.401,05 (Seis milhões, setecentos e um mil, quatrocentos e

um reais e cinco centavos), para o período de abril de 2020 a março de 2021. Neste montante está considerada a remuneração de: 3 (três) membros da Diretoria e 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

A remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, em 2019, encontra-se a seguir.

Tabela - Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal - Valores Anuais.

	Diretoria Executiva	
	2019	2018
Número de membros	2,67	2,50
Número de membros remunerados	2,67	2,50
Valor da maior remuneração	69.911,82	78.456,04
Valor da menor remuneração	53.979,76	53.973,12
Valor médio da remuneração	59.945,28	66.789,14

	Conselho Fiscal	
	2019	2018
Número de membros	2,92	1,50
Número de membros remunerados	2,92	1,50
Valor da maior remuneração	6.464,31	6.464,31
Valor da menor remuneração	6.423,13	6.464,31
Valor médio da remuneração	6.433,72	6.464,31